

ENSAIO SOBRE A HISTÓRIA RECENTE DE MONTES CLAROS: DO CENTENÁRIO À GOVERNANÇA SOLIDÁRIA

No dia 03 de julho de 1957, com a presença do Presidente da República, Juscelino Kubistchek, tendo como palco o Parque de Exposições João Alencar Athayde, inaugurado no mesmo dia e ato, iniciaram as comemorações do Centenário da Cidade de Montes Claros, evento organizado pelo poder público municipal, à época dirigido pelo advogado e fazendeiro Geraldo Ataíde e pela Sociedade Rural de Montes Claros. No dia 15 de agosto de 2006 o médico e prefeito de Montes Claros Athos Avelino Pereira assinou o decreto 2.265 estabelecendo os princípios, objetivos e procedimentos da “governança solidária” do município de Montes Claros.

Esses dois fatos balizam o recorte temporal deste texto e representam simbólica e sinteticamente as transformações e permanências na política municipal de Montes Claros nos últimos cinquenta anos, objeto deste artigo.

Montes Claros e o norte de Minas são conhecidos em

âmbito nacional e estadual pelo conservadorismo de sua política e, para os períodos anteriores à década de 1950, também pela violência presente na mesma, aspecto evidenciado por fatos como os tiroteios de 1918 e de 1930¹. Em trabalho anterior² identifiquei a permanência de práticas coronelistas no município até meados do século XX, extrapolando a barreira de 1930, marco da crise daquelas relações no plano nacional³.

A década de 1950 foi o momento áureo do desenvolvimentismo, modelo que elegia a industrialização e a presença do Estado como planejador e investidor em setores estratégicos como as diretrizes básicas para o desenvolvimento do país⁴. O Governo JK e a construção de Brasília são, seguramente, os mais conhecidos símbolos desse período. Cidades do interior, como Montes Claros, também viveram, à sua maneira, a euforia desenvolvimentista.

Em 1957, a maioria da população de Montes Claros vivia na zona rural e mais de 66% da sua população econômica-

* Professor do Departamento de História da Unimontes. Doutorando em História pela USP. Bolsista da FAPEMIG.

1- Acerca dos tiroteios de 1918 e 1930 cf. PORTO, César Henrique de Queiroz. Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

2- PEREIRA, Laurindo Mékie Pereira. A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

3- Acerca da crise do coronelismo em âmbito nacional em 1930 cf. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978 e QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. “O Coronelismo numa interpretação sociológica” In: FAUSTO, Bóris (dir.) História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, Difel, 1975, T.III

4- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

mente ativa trabalhava no setor agropecuário⁵. A atividade mais rentável era a pecuária, cujo desempenho no período parece ter sido bastante positivo como indica o crescimento do embarque de bois pela Central do Brasil: 102.801 em 1948, 108.404 em 1949, 111.748 em 1950, 134.321 de janeiro a agosto de 1951 e 130.000 em 1956.⁶

Os criadores de gado, seguramente, estavam satisfeitos e quando resolvem se engajar nas festividades de 1957 deveriam ter razões para comemorar. Ao poder econômico os fazendeiros adicionavam também o poder político. Dos 15 vereadores de Montes Claros na legislatura 1955-1958, nove eram fazendeiros. O prefeito de Montes Claros, à época, era o advogado e fazendeiro Geraldo Athayde (PSD). Na mesma legislatura o município tinha sido a base eleitoral de dois deputados estaduais – o médico Antônio Pimenta (PSD) e o médico e jornalista Teófilo Pires (PR) – e dois deputados federais – o advogado e professor José Esteves Rodrigues (PR) e o médico, comerciante e fazendeiro Plínio Ribeiro dos Santos (PSD).⁷

Nota-se que, apesar do predomínio dos fazendeiros na Câmara Municipal, é perceptível uma certa polivalência das elites montesclarenses no período, aspecto comum às elites mineiras, conforme explicam Ignácio Delgado e Otávio Dulci.⁸ O exemplo mais emblemático disso é, possivelmente, o de Plínio Ribeiro dos Santos que foi, nos anos 1950, além de fazendeiro, comerciante, médico, deputado federal, presidente da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros.⁹

Foi essa elite que promoveu a festa do centenário de Montes Claros em 1957. Esse evento, como explicado em outra oportunidade¹⁰, comemorava os cem anos do título de cidade obtido por Montes Claros em 1857 e não a autonomia político-administrativa que, em verdade, data de 1831. A confusão entre as duas datas foi estabelecida posteriormente. Gradativamente, lideranças políticas, órgãos de imprensa e as próprias Prefeitura e Câmara de Vereadores foram se referindo a data de 03 de julho como marco da emancipação de Montes Claros. Possivelmente, a não comemoração do 16 de outubro, data correta da emancipação, e a comemoração anual do 03 de julho de forma

simultânea à realização, por parte da Sociedade Rural, das exposições agropecuárias, foram fatores decisivos para consolidar a interpretação equivocada dos eventos de julho.

Contudo, o mais importante nas festividades de 1957 não é uma eventual querela das datas e sim compreender os interesses que presidiram a realização do evento. Este começou a ser pensado em 1955 e planejado a partir de 1956, sob a direção do médico e escritor Hermes de Paula.

Durante uma semana foi desenvolvido um diversificado conjunto de atividades. Entre elas o I Congresso do Algodão, espetáculos pirotécnicos, cavalhadas no estádio João Rebelo, diversas solenidades religiosas e esportivas, um desfile histórico-folclórico, diversas palestras acerca dos “homens importantes” de Montes Claros e a exposição agropecuária.

Dentre essas atividades destacam-se a exposição agropecuária, o I Congresso do Algodão, o Desfile Histórico e Folclórico e as Palestras. Os dois primeiros eventos, contando com a presença de autoridades estaduais e federais, entre as quais o então presidente JK e o então governador de Minas Gerais Bías Fortes, constituíram, além do caráter festivo, fóruns especiais para encaminhamento das reivindicações dos grandes comerciantes, industriais do ramo têxtil e produtores rurais do município, entre elas a isenção de impostos e a concessão de créditos especiais para a cotonicultura regional, a instalação de um frigorífico em Montes Claros, a construção de hidrelétricas e a pavimentação da estrada entre Montes Claros e Curvelo. Assim, percebe-se o primeiro objetivo do evento: carrear recursos públicos, federais e estaduais para os setores tidos como mais importantes pelas elites locais.

A realização da festa do centenário, como um todo, mas especialmente o Desfile Histórico e Folclórico e as Palestras objetivaram a construção/consolidação de uma certa versão para a história e de uma nova imagem do município. Quanto à história, é perceptível a ênfase nos seus grandes personagens e grandes eventos, obliterando, por essa via, o papel desempenhado pelos outros personagens, como

5- IBGE. Censo Demográfico de 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

6- O Jornal de Montes Claros, Montes Claros, 12 set. 1951, p.1 e IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

7- GUIMARÃES, Jorge Tadeu. Faces do Legislativo. Montes Claros: Arapuim, 1997 e MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano (1889–1991). Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994, 2v.

8- DELGADO, Ignácio Godinho. A estratégia de um revés:

Estado e Associações Empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997 e DULCI, Otávio Soares. Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

9- Zoraide Guerra. Historiando o Progresso. Montes Claros: ACI, 2003.

10- Cf. PEREIRA, Laurindo Mékie. Op.cit. e OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; PEREIRA, Laurindo Mékie. A invenção do 03 de julho em Montes Claros. Unimontes Científica. Montes Claros: Unimontes, v. 5, N.1, jan./jun. 2003, p. 95-100.

escravos, homens forros e trabalhadores em geral. Com relação ao segundo aspecto, o esforço era para construir e difundir a imagem de uma cidade moderna, pacífica e ordeira no lugar da memória de um lugar marcado pelos conflitos armados e pelo quase assassinato de um vice-presidente da República em 1930.¹¹

Apesar da ênfase nos “grandes homens da nossa história”, as comemorações não poderiam ignorar por completo a presença do cidadão simples na história da cidade. O desfile, por exemplo, retratou também a folia de reis, os vaqueiros, as penitências e as músicas religiosas. E como é esse cidadão simples, na visão dos promotores do evento? É “ordeiro e trabalhador, generoso e acolhedor”¹², “um povo civilizado e laborioso, povo que não teme o trabalho, que não desanima... Isto é Montes Claros”¹³.

Nesse ponto chegamos ao terceiro objetivo da festa do centenário: a manutenção da ordem social excludente e do quase monopólio do poder político pelas elites econômicas. Os trabalhadores, quando não ignorados, aparecem como o homem generoso, laborioso e ordeiro, isto é, despolitizado. Esses são a mão-de-obra e eleitores ideais para as elites montes-clarenses dos anos 1950.¹⁴

Após 1957 e especialmente após a 1965, quando a SUDENE começa a atuar efetivamente em Montes Claros e no norte de Minas, o município passa por intensas transformações em sua estrutura econômica, demográfica e política.

Na economia, a síntese da mudança foi a industrialização incentivada e a modernização do campo, processo que provocou grande êxodo rural, contribuindo para um vertiginoso crescimento demográfico do município, com forte predomínio da população urbana.¹⁵ A população do município passou de 105.982 pessoas, em 1960, para 177.308, em 1980, e ultrapassou a barreira dos 300 mil no final do século.¹⁶

Aparentemente, a área que menos sofreu mudanças foi a política. Como explica Evelina Antunes de Oliveira, as velhas elites montesclarenses se aliaram às emergentes lideranças ligadas aos setores urbano-industriais e, justapostas, continuaram a exercer o mando político no município.¹⁷

A permanência da troca de favores, por exemplo, sugere a inalteração. Todavia, em diversos aspectos as relações políticas não passaram incólumes pelo processo de modernização econômica e social. O próprio favor, visto como legítimo nos anos 1940 e 1950 e divulgado nas primeiras páginas dos jornais como algo positivo, perdeu a legitimidade e, embora permaneça, é praticado de forma oculta, discreta ou mesmo mascarada.

Mas a mais importante mudança é que, de forma simultânea à industrialização e à urbanização, ocorreu o que se pode denominar a ocidentalização de Montes Claros, nos termos em que raciocinava Antônio Gramsci.¹⁸ A expansão da sociedade civil bem como o aumento significativo da influência de entidades de classe já existentes desde os anos 1940, a exemplo da Sociedade Rural, criada em 1944, e da Associação Comercial e Industrial e de Serviços de Montes Claros – ACI, criada em 1949, indicam que a sociedade local tornou-se mais complexa. Nesta, o exercício do poder passou a exigir, dos grupos até então dominantes, também o exercício da direção moral e intelectual, a saber, a hegemonia.¹⁹

Postulo que as elites regionais, ao longo do período, não apenas mantiveram o domínio político stricto sensu, mas lograram exercer, também, a hegemonia, estando à frente dos principais aparelhos privados de hegemonia como ACI, Sociedade e Sindicato Rural, Fundação Norte-Mineira de Ensino Superior – FUNM – Unimontes, Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – AMAMS, jornais, revistas, emissoras de rádio e TV diversas e outros.

Apesar do domínio e da hegemonia, por três oportunidades, nos últimos cinquenta anos, o poder parece ter escapado das mãos das elites: em 1962 com a eleição de Pedro Santos, em 1982 com Luiz Tadeu Leite e em 2004 com a vitória da chapa Athos Avelino-Sued Botelho. Passo, então, a discorrer a respeito desses três eventos.

A campanha eleitoral de 1962 foi precedida de um esforço das lideranças locais para costurar um grande acordo político e evitar a disputa política²⁰. No início daquele ano o jornal Gazeta do Norte chegou a noticiar o acordo:

11- PORTO, César Henrique de Queiroz. Op. cit.

12-PIRES, Teófilo. “Saudação à Cidade Centenária”. Revista Montes Claros em Foco. Montes Claros, julho de 1957, n.4, p. 16.

13-FONSECA, José Monteiro. “Montes Claros por Fora e por Dentro”. Revista Montes Claros em Foco. Montes Claros: agosto de 1956, n. 1. p. 12.

14-PEREIRA, Laurindo Mékie. Op. cit.

15-OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES,

Luciene (Orgs.). Formação social e econômica do norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000 e BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. Industrialização da Área Mineira da SUDENE - um estudo de caso. 1985. Dissertação (Mestrado em economia) - Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.

16-IBGE. Censos Demográfico de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980 e Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em www.fjp.gov.br

Pelo referido acordo, que constituiu legítima pacificação dos espíritos e da política montesclarenses, caberá o cargo de prefeito ao dr. João Valle Mauricio, médico de nomeada e prestígio político no município e a vice-prefeitura ao sr. Euler de Araújo Lafetá, presidente da UDN local e um dos elementos propulsores do progresso da cidade. Ao PSD e PTB caberá o total controle do poder legislativo, isto é, presidência, vice-presidência e secretaria da Câmara e possivelmente, terá estreita participação junto ao executivo.²¹

Se sobrevivesse concretamente, o acordo resultaria na transformação do pleito eleitoral em um simples referendo dos nomes já escolhidos pelos principais partidos e líderes locais, privando, assim, a população de qualquer exercício de reflexão e escolha. Sentindo-se proprietária dos cargos mesmo antes das eleições, as elites locais, ancoradas em séculos de domínio político, articulavam-se com vistas a dividir, sem disputas, o poder entre si.

Todavia, o mesmo texto que anuncia o acordo prevê seu possível fracasso: "Recebido geralmente com agrado, mas com pequenas restrições, por outros, o acordo teve no entanto, a formal discordância do dr. Pedro Santos, que se preparará para entrar no pleito como candidato de luta."²²

Pedro Santos era médico e, à época, vice-prefeito, tendo sido vereador em 1947-1950. Era conhecido pelo prestígio junto à população de mais baixa renda, para quem prestava serviços médicos gratuitos. Dez dias após o anúncio do acordo, ele fez uma proclamação ao "povo de Montes Claros, distritos e povoados" na qual afirmava:

Não recuarei um passo, a minha atitude é uma só tenho compromisso com o povo e se eleito governarei para o povo. (...) podem confiar que não decepcionarei aos meus amigos e ao povo, e também aos nossos conterrâneos menos favorecidos que vivem nesta luta tremenda pela manutenção e sobrevivência, esperando que os mais bafejados pela sorte ajudem a amenizar o seu sofrimento, dando-lhes, pelo menos, esperança de melhores dias. (...) Sempre estive, e agora mais do que nunca, estou firme ao lado do povo. (...) Não tenho recursos financeiros e nem meios suficientes para enfrentar os poderosos, mas confio na consciência livre do povo de Montes Claros.²³

É perceptível o estilo apelativo do discurso e a constância com que o candidato tenta estabelecer/reclamar uma identidade entre ele e o "povo", contra os "poderosos". Vê-se, também, nesse discurso, um tom paternalista e uma visão pouco crítica das desigualdades sociais. A forma mais simples de se interpretar o personagem político Pedro Santos é afirmar que ele foi uma típica liderança populista, aquele político que se diz representante e a serviço do povo, mas o manipula, embora possa, concretamente, fazer algo a seu favor.²⁴ No entanto, muito possivelmente, essa leitura seja simplificadora e insuficiente. Como mostram os estudos de autores como Ângela de Castro Gomes, Lucília de Almeida Neves Delgado e Jorge Ferreira²⁵, as lideranças "populistas" precisam ser melhor estudadas.

É interessante notar que, na seqüência da sua campanha, Pedro Santos, apoiado por partidos pequenos como PL, PRP e PSP, apresenta-se como um candidato "dinâmico", "realizador", "amigo dos pobres", que dá "satisfação ao povo dos seus atos" e que é "nacionalista" e "trabalhista"²⁶. Os dois últimos adjetivos são particularmente importantes porque remetem, claramente, à conjuntura política nacional e revelam que, em alguma medida, o candidato identificava-se ideologicamente com o bloco nacionalista-reformista capitaneado por João Goulart e pelo Partido Trabalhista Brasileiro -PTB- com o apoio de grande parte das esquerdas.²⁷

O perfil dos adversários de Pedro Santos, possivelmente, também contribuiu para certa polarização ideológica da disputa. O acordo anunciado pelo *Gazeta do Norte* não se confirmou. Além de Pedro Santos, João Valle Mauricio e Enéas Mineiro de Souza lançaram-se candidatos à Prefeitura Municipal. O primeiro integrava as tradicionais famílias que dominavam a política local há muito tempo. Foi lançado pelo Partido Republicano - PR -, um dos partidos mais bem estruturados na política municipal e contava com o apoio de lideranças importantes como o prefeito Simeão Ribeiro, o advogado e fazendeiro Artur Fagundes de Oliveira e Ubaldino de Assis, que era presidente da ACI (1957-1962) e vereador (1959-1962/1963-1966).

Já Enéas Mineiro era grande proprietário rural e comerciante em Burarama, atual cidade de Capitão Enéas, tendo sido prefeito de Montes Claros em 1951-1955. Esse foi lançado por uma poderosa coligação partidária: Partido Social Democrático (PSD), liderado pelo ex-prefeito Alfeu

21-SILVA, J. de Abreu. O acordo e seus reflexos. *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 11 jan. 1962, p.1.

22-dem, p.1.

23-SANTOS, Pedro. Ao povo de Montes Claros, distritos e povoados. *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 21 jan. 1962, p. 1.

24-A formulação mais divulgada dessa visão clássica do populismo é de WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

25-Cf. GOMES, 2005; DELGADO, 1989; FERREIRA, 2001.

26-Cf. propaganda eleitoral de Pedro Santos em *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 25 mar. 1962, p.1.

27- Acerca da conjuntura política nos anos 1961-1964 cf. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

Gonçalves de Quadros, União Democrática Nacional (UDN), presidida por Alcides Martins Loyola e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), presidido por Domingos Lopes da Silva, um dos coronéis mais influentes na política montesclarensense nas décadas de 1940 e 1950²⁸. Embora as candidaturas a prefeito e vice fossem desvinculadas, a coligação PSD-UDN-PTB promoveu uma campanha conjunta para Enéas Mineiro e para o empresário Luiz de Paula Ferreira, candidato a vice-prefeito.

A julgar pelas coligações partidárias e pelo poder econômico, a chapa Enéas Mineiro-Luiz de Paula seria, inevitavelmente, vitoriosa. Sua campanha foi iniciada já com essa certeza, conforme o *Gazeta do Norte*:

Em monumental comício realizado a partir da 20,30 horas domingo na praça Cel. Ribeiro, a coligação PSD, UDN e PTB iniciou oficialmente a sua série de contactos com o povo de Montes Claros e dos distritos, para a campanha eleitoral de 7 de outubro, quando esperam uma vitória espetacular dos seus candidatos a Prefeitura Municipal, Eneas Mineiro de Souza e Luiz de Paula Ferreira, Prefeito e Vice Prefeito, respectivamente.²⁹

O otimismo parece ter crescido com o aproximar das eleições:

Cada comício está prosseguindo por uma espécie de esteira da vitória, aumentando os êxitos progressivamente, e arrancando das massas maravilhosas consagrações e aplausos. A maioria dos encontros populares tem contado com as presenças dos candidatos já considerados vitoriosos – Capitão Eneas Mineiro de Souza e Luiz de Paula Ferreira.³⁰

Essas previsões, no entanto, não se confirmaram. Apuradas as urnas, Pedro Santos totalizou 5.220 votos, Enéas Mineiro obteve 4.082 e João Valle Maurício 4.064 votos.³¹

O ano de 1962 assinalou, pois, uma dupla derrota das elites locais. Em primeiro lugar, fracassou o projeto inicial de evitar a disputa eleitoral, definindo, via acordo prévio, quem ocuparia os mais importantes cargos na Prefeitura e Câmara Municipais. Em segundo lugar, ao se dividirem em dois grupos – Enéas Mineiro e João Valle Maurício – deram

ensejo à vitória de Pedro Santos, candidatura não lançada por elas e que ousou desafiar-las.

Surpreendente, a vitória de Pedro Santos não deve ser isolada do contexto nacional, marcado pela crescente participação política dos trabalhadores. Também em âmbito municipal, os anos que precederam as eleições de 1962 registraram a emergência de movimentos sociais liderados por donas de casas e trabalhadores urbanos organizados em sindicatos diversos, mostrando, parece-me que pela primeira vez, a organização dos trabalhadores com uma certa autonomia em relação às velhas lideranças da política montesclarensense.³² É possível que essa conjuntura não tenha sido devidamente captada pelas elites locais que, a julgar pela tentativa de acordo e pela forma como se lançaram na campanha eleitoral, ainda se julgavam proprietárias dos votos e de todos os cargos eletivos.

É sabido que o golpe civil-militar de 1964 provocou um forte recuo na mobilização dos trabalhadores e fechou as portas, por no mínimo 20 anos, à expressão democrática das demandas sociais. Em Montes Claros, a incipiente organização popular datada de fins da década de 1950 também foi interrompida.

A gestão de Pedro Santos não indica uma guinada efetiva nas práticas políticas locais. Sem maioria na Câmara Municipal, o prefeito teve que se aliar às velhas lideranças. Conforme palavras de Marcelo Valmor, “com a adesão de Pedro Santos, o controle político volta novamente às mãos do grupo dominante”. A melhor síntese da nova opção política de Santos é o seu apoio à candidatura de Antônio Lafetá Rebello nas eleições seguintes.³³ Rebello era um dos grandes fazendeiros da região e um representante autêntico das elites locais.

Vinte anos após a eleição de Pedro Santos, a Prefeitura Municipal voltou a escapar, temporariamente, do controle das elites locais. Eram as eleições de 1982 e o radialista e vereador Luiz Tadeu Leite infligiu uma fragorosa derrota ao PDS, partido do regime militar e dos grupos locais mais conservadores.

A confluência de diversos fatores criou as condições políticas para a ascensão de Tadeu Leite à Prefeitura em 1983. Talvez seja correto dizer que esse fato representou,

28- Cf. PEREIRA, Laurindo Mékie. Op. cit.

29- *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 30 ago. 1962, p. 1.

30- *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 16 set. 1962, p. 1.

31- *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 21 out. 1962, p. 1.

32- A esse respeito conferir o cap. 3 de PEREIRA, Laurindo

Mékie. Op. cit.

33- FERREIRA, Marcelo Valmor. *Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002, p. 27.

no plano político, a transição que já vinha se manifestando na esfera econômica e social em virtude do processo de industrialização e de modernização do campo.

A conjuntura nacional de abertura do regime militar e a campanha política estadual que levaria Tancredo Neves ao Governo de Minas também influenciaram no processo eleitoral de 1982 em Montes Claros. Mas a adequada compreensão disso requer um rápido exame do que vinha ocorrendo no município na década de 1970.

Após a construção da infra-estrutura – provimento adequado de energia elétrica, construção do Distrito Industrial e pavimentação asfáltica ligando Montes Claros a Belo Horizonte –, e em virtude da política de estímulo à descentralização dos investimentos aplicada pela SUDENE³⁴, a industrialização avançou significativamente no município durante a década de 1970, conforme revelam os dados da tabela 01.

TABELA 01

Valor da Transformação Industrial

	Montes Claros Mil CRS (valores correntes)	Minas Gerais Mil CRS (valores correntes)	Montes Claros Minas Gerais (%)
VTI 1970	41.744	3.898.996	1,07
VTI 1980	4.499.169	328.195.956	1,37

Fonte: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: _____; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). Formação social e econômica do norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 13–103, p. 66.

Do ponto de vista demográfico, a população do município passou de 116.486 em 1970 para 177.308 em 1980, crescendo o percentual da população urbana de 73,11% em 1970 para 85,66% em 1980.³⁵

O crescimento industrial e demográfico, bem como a urbanização, não foi acompanhado de um adequado planejamento nem da construção de uma infra-estrutura urbana capaz de suportá-los.

O final dos anos 1970 foi de entusiasmo para os industriais. Analisando o processo de industrialização, o industrial Roberto Campos afirmava em 1979:

34-OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: _____; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). Formação social e econômica do norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 13–103.

35-IBGE. Censo Demográfico de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

36-CAMPOS, Roberto. Industrialização do norte de Minas. Revista Montes Claros em Foco. Belo Horizonte, abril de 1979, p. 38.

Fez em março, exatamente 15 anos, quando, em companhia de outros companheiros, entre os quais ressalto a figura inconfundível de Osmani Barbosa, escolhemos o sítio onde se edificaria o Frigonorte. (...) mal supúnhamos nós (...) que estávamos fincando o marco da Revolução Industrial de Montes Claros e de todo o Norte de Minas. (...) Quinze anos passados e o que parecia um arrojo, uma utopia (...) tornou-se uma realidade palpitante, preñe de vida. O Norte de Minas mudou de vocação.³⁶

A ACI, principal entidade dos industriais também parecia festejar o desempenho da economia local. Em 1981 a entidade promoveu a 1ª Exposição Industrial da área mineira da SUDENE, com a presença de autoridades, diversos expositores e shows musicais. Entre os objetivos do evento destacava-se “mostrar para todo o Brasil e para o próprio povo da região as potencialidades das empresas situadas na área Mineira da Sudene e os empregos oferecidos diariamente.”³⁷

Quem seria o “povo da região” a que se referia a ACI? Seguramente não eram trabalhadores rurais que migraram para a cidade e que, além de desempregados ou subempregados, viviam na periferia desprovidos de saneamento básico, moradia, transporte e educação decentes. Embora a cidade fosse a mesma e a prosperidade de alguns fosse tão somente a contra-face da miséria de muitos, trabalhadores e empresários pareciam habitar em dois mundos distintos.

O mundo dos primeiros era perverso. Os trabalhadores, informava a Revista Montes Claros em Foco, em agosto de 1979, “se amontoam nas áreas periféricas, constituindo favelas. (...) O asfaltamento, a assistência médico-odontológica sanitária e social não chega a essas regiões, onde fome, miséria, analfabetismo e promiscuidade são normais.” “A cidade vai bem em três ou quatro ruas do centro. Vai bem os bem nutridos (...). Mas, quando se afasta um pouco e chega nos bairros a situação muda um pouco. Muda porque a doença de chagas, a fome, a lepra, a tuberculose e a carente estrutura hospitalar possuem poderes para tanto.”³⁸

Motivados por esse quadro de carências generalizado, os moradores dos bairros começam a se organizar em associa-

37-DAVID, Zoraide Guerra. Historiando o Progresso. Montes Claros: ACI, 2003, p. 101.

38- Buracos, lama e poeira. Revista Montes Claros em Foco. Belo Horizonte, agosto de 1979, p. 28, 31.

39- VELOSO, Cândida Maria Santos. Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros – 1960–1980. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002, p. 122.

38-FERREIRA, Marcelo Valmor. Op. cit. e VELOSO, Cândida Maria Santos. Op. cit..

ções, movimento que se ampliava à medida que o regime militar se liberaliza.³⁹

Enquanto os problemas proliferavam na periferia e seus moradores se organizavam, a gestão Antonio Lafetá Rebello investia na construção de avenidas, nova rodoviária e no Centro Cultural.⁴⁰

Nesse cenário emergiu a figura política de Luiz Tadeu Leite. Primeiro como radialista, depois também como vereador, Tadeu Leite abordava diariamente a precária situação dos moradores da periferia e denunciava o “descaso” da gente “bacana” que dirigia a Prefeitura.⁴¹ Originário de família pobre, o vereador conseguia aproximar-se concretamente dos populares, o que facilitava a acolhida do seu discurso contra as velhas lideranças da ARENA-PDS por parte de amplas faixas da população.

Conforme pesquisa de Marcelo Valmor Ferreira, o êxito eleitoral de Tadeu Leite se prendeu a quatro grandes fatores: a) a identificação entre o líder e a população de baixa renda, facilitada pela biografia e habilidade de Tadeu Leite e pela ausência de ações efetivas da Prefeitura nos bairros pobres, b) a crise econômica que atinge o país e também o município no início dos anos 1980, desgastando ainda mais o grupo político que estava no poder, c) a decadência das velhas lideranças como Antônio Lafetá Rebello e Moacir Lopes e d) a organização de um novo grupo político reunindo “empresários progressistas” como Elias Siuf e Mário Ribeiro da Silveira, além de profissionais liberais, especialmente do setor de saúde, que deram sustentação político-partidária à candidatura do MDB.

Analisando o mesmo tema, Evelina Antunes afirma que as razões principais da vitória do MDB foram a desarticulação do PDS (sua dificuldade em se unificar em torno de um candidato viável eleitoralmente), a ascensão dos movimentos populares que identificavam no candidato do MDB a alternativa mais progressista e a convergência e ações conjuntas das candidaturas de Tadeu Leite para prefeito e Tancredo Neves para governador.⁴²

Seguramente todos os fatores apontados pelos dois autores contribuíram para o resultado das eleições de 1982. Não resta dúvida de que, naquela conjuntura específica, o

PMDB e a candidatura Luiz Tadeu Leite apresentavam as propostas mais afinadas com as demandas populares.⁴³ O Partido, além de reunir setores progressistas do empresariado – como ressalta Marcelo Valmor – e lideranças de classe média, agregava também sindicalistas como José Paulo Ferreira Gomes e presidentes de associações de bairros. “A proposta de facilitar à população o acesso aos serviços públicos e propiciar a sua participação junto à administração agregou em torno de Tadeu Leite apoio das associações de bairros, de alguns setores da igreja, de sindicatos, de profissionais liberais e de funcionários públicos, que representavam o movimento popular local.”⁴⁴

O resultado das eleições de 1982 foi tão expressivo⁴⁵, que parece ter selado o fim da carreira de lideranças como Moacir Lopes e Pedro Santos, representantes de um tempo histórico que parecia encerrado.

O perfil da Câmara Municipal eleita em 1982 também era uma novidade. Dos 15 vereadores, 12 eram do PMDB, dos quais 10 eram ligados aos movimentos populares. Entre os vereadores constavam nomes como José Paulo Ferreira Gomes, sindicalista, Conrado Pereira dos Santos, líder comunitário, Maria Aparecida Bispo, professora, Osmar Pereira da Silva, líder comunitário e sapateiro e Moacir Soares Lopes, líder comunitário da zona rural.⁴⁶

Assim, sob vários aspectos, as eleições de 1982 representaram uma guinada na política montesclarenses. Também a administração de Luiz Tadeu Leite, comparativamente aos seus antecessores, ancorada no Programa Cidade Porte Médio do Governo Federal, atendeu concretamente a diversas demandas dos moradores da periferia da cidade. Como explica Marcelo Valmor Ferreira,

a aplicação de recursos, seja via Projeto Cidades de Porte Médio, seja aqueles levantados dentro do próprio município, obedecem a uma lógica: a procura de legitimidade para a administração municipal através de investimento feito em serviços de natureza social. Os orçamentos apresentados a Câmara Municipal, consagram uma maior distribuição de recursos para as chamadas obras sociais e de caráter redistributivo.⁴⁷

41- Cf. FERREIRA, Marcelo Valmor. Op. cit.

42- OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste. Macció: EDUFAL, 2000, p. 169.

43- Idem.

44- Idem, p. 169-170.

45- Luiz Tadeu Leite (PMDB): 30.225 votos; Crisantino de Almeida Borém (PDS): 12.595 votos; Moacir Lopes (PMDB): 6.987 votos; Pedro Santos (PDS): 5.441 votos;

Hamilton Lopes (PDS): 5.274 votos; Ruy Adriano Borges Muniz (PT): 434 votos; José Wilson Guimarães (PDT): 117 votos. MENDES, Leandro de Aquino. O Partido dos Trabalhadores em Montes Claros: fundação e consolidação na década de 1980. Monografia (Graduação em História), CCH, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2004, p. 50.

46- FERREIRA, Marcelo Valmor. Op. cit. p. 47-48.

47- Idem, p. 113.

Contudo, a redistribuição de recursos levada a efeito pela chamada Administração Mutirão deu-se de forma autoritária, em primeiro lugar pelo fato de que o Programa Cidade Porte Médio foi concebido por técnicos do governo federal, sem ouvir o seu público-alvo, em segundo lugar porque as estratégias de participação popular estimuladas pelo executivo municipal não contribuíam para a expressão livre e organizada da população e sim para o reforço nas relações de dependência.⁴⁸

Como explica Marcelo Valmor, embora se apresentasse como um governo democrático, aberto ao “povo”, a administração de Tadeu Leite, além de incorporar nomes das tradicionais famílias de Montes Claros, contribuiu para desorganizar a participação popular na medida em que o prefeito instituiu o “atendimento pessoal”, tentando aproximar-se de forma direta da população de baixa renda e, por esta via, fragilizou as associações de bairros e mesmo a Câmara Municipal, canais institucionais de representação social e política. O resultado disso, explica o autor, é que

o modelo implantado em Montes Claros atende a lógica da exclusão, o que acaba reforçando aspectos autoritários de administração pública, ressaltando daí o desprezo pelas instâncias institucionais de participação popular – Câmara Municipal, Associações de Bairro, Sociedade de Amigos – [enquanto ocorre] o fortalecimento do executivo e de orientação de uma política social voltada para obras de caráter mais imediato e de visibilidade mais explícita.⁴⁹

Além da fragilidade das Associações de Bairro, para o qual o estilo Tadeu Leite teria contribuído, outras instituições como os sindicatos e o Partido dos Trabalhadores enfrentaram sérias dificuldades de se organizar em Montes Claros e no norte de Minas na década de 1980. No meio rural, os sindicatos de trabalhadores, quando não dirigidos por lideranças conservadoras e absortas em atividades assistencialistas, enfrentavam forte resistência dos grandes proprietários rurais, caso de São Francisco, onde os fazendeiros e seus representantes na Câmara Municipal chegaram a ameaçar destruir a sede do sindicato no final da

década de 1970.⁵⁰ No meio urbano, a organização dos trabalhadores em sindicatos enfrentou uma série de dificuldades: a crise econômica, a inexperiência dos trabalhadores oriundos da zona rural e de municípios vizinhos e a repressão dos patrões que reagiam demitindo e/ou perseguindo os nascentes líderes sindicais e promovendo ações desmobilizadoras diversas, como eventos festivos nos mesmos dias e horários das reuniões de mobilização dos sindicatos.⁵¹

O Partido dos Trabalhadores em Montes Claros, até meados dos anos 1980, era constituído de alguns profissionais autônomos e funcionários públicos e, especialmente, por estudantes, sem praticamente nenhuma filiação dos operários. Fragilmente organizado, o PT foi obrigado a disputar as eleições de 1982 para não ser dissolvido, conforme a legislação eleitoral então em vigor. A campanha do PT, sintetizada no lema “terra, trabalho e liberdade” não atraiu os eleitores de Montes Claros, dos quais apenas 434 votaram no seu candidato a prefeito, o então estudante Ruy Muniz.⁵²

Dessa forma, não obstante os avanços registrados na “experiência de 1982”, os seus resultados não se mostraram duradouros, seja pela guinada conservadora dada pelos vencedores em 1982, especialmente na adoção de formas autoritárias de incorporação e atendimento das demandas sociais, seja pela fragilidade das instituições que, em tese, poderiam representar os interesses concretos dos trabalhadores e contribuir para a sua expressão livre.

A terceira oportunidade em que o poder local escapou ao controle das elites foi em 2004, quando a chapa composta pelo médico Athon Avelino Pereira (PPS) e pelo Professor Sued Botelho (PT) derrotou os candidatos Gil Pereira (PP-PFL) e Luiz Tadeu Leite (PMDB).⁵³

De certa forma, a eleição de 2004 se assemelha com a de 1962. Nas duas oportunidades, as elites costuraram um grande acordo com vistas ao enfrentamento das eleições, sem colocar em risco o seu controle sobre a prefeitura municipal. A diferença é que em 1962 o acordo visava a

48-FERREIRA, Marcelo Valmor. Op. cit.

49-Idem, p. 123.

50-STRALEN, Cornelis Johannes van. A capitalização do campo e as políticas de saúde: o caso do norte de Minas. Belo Horizonte: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa/Centro Regional de Saúde de Montes Claros, 1980.

51-SILVA, Gerlice Malveira da. A experiência política dos operários de Montes Claros na década de 1980. Monografia (Graduação em História), CCH-Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2005.

52-Cf. MENDES, Leandro de Aquino. O Partido dos Trabalhadores em Montes Claros: fundação e consolidação

na década de 1980. Monografia (Graduação em História), CCH, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2004, p. 51. Segundo Leandro de Aquino Mendes, O PT local se reestruturou na segunda metade da década de 1980, aproximando-se mais efetivamente dos movimentos sociais, especialmente da Pastoral da Terra e dos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos.

53- Esse evento é um tema por demais atual e, por isso, de abordagem e compreensão mais difícil. Assim, as reflexões a seu respeito são mais impressões de um observador que acompanha um processo em curso do que resultado de uma pesquisa duradoura acerca de um tema mais distante no tempo e, por isso, de mais fácil apreciação.

apresentação de um único candidato, enquanto em 2004 intentava-se o lançamento de uma candidatura imbatível.

Essa candidatura seria a do deputado Gil Pereira que contava formalmente com o apoio do prefeito Jairo Ataíde (PFL) e do governador Aécio Neves (PSDB) e era tida, no início da campanha, como a grande favorita para vencer o pleito eleitoral. Luiz Tadeu Leite, tendo como vice Paulo Lopes, filho do ex-prefeito Paulo Lopes, aparecia como a segunda força, enquanto a chapa Athos e Sued parecia apenas uma coadjuvante.

A primeira surpresa foi o fraco desempenho de Gil Pereira que sequer chegou ao segundo turno. A segunda foi a vitória da dobradinha Athos e Sued, cuja estrutura partidária e recursos para campanha eram bastante inferiores aos dos seus adversários.

Esse resultado, “a vitória de uma coligação de esquerda” em um “tradicional reduto do conservadorismo clientelista mineiro”, “foi uma das grandes surpresas das eleições municipais” de 2004, observa Rudá Ricci.⁵⁴

A maior novidade da gestão Athos-Sued é o projeto “Governança Solidária”, uma ampla reformulação no modelo de gestão municipal. Conforme o decreto que a institui, a Governança Solidária

é uma rede intersetorial e multidisciplinar que se organiza territorialmente para promover espaços de convivência capazes de potencializar a cultura da solidariedade e cooperação entre governo e sociedade local, por meio da promoção de um ambiente social de diálogo e cooperação, com alto nível de democracia e conectividade, estimulando a constituição de parcerias entre todos os setores da sociedade, através do protagonismo do cidadão gestor, ativo, fortalecido e capacitado para perseguir e alcançar o desenvolvimento sustentável para governar.⁵⁵

A governança solidária se fundamenta nos seguintes princípios:

I – Intersetorialidade: articulação das diversas atribuições de Estado, de forma a superar a fragmentação na abordagem e superação de problemas;

II – Centralidade da família: o foco e a referência da

atuação governamental devem ser a família e seus vínculos de sociabilidade;

III – Territorialização: o território é entendido como unidade básica de participação política, definido segundo critérios geográficos e sócio-culturais, de forma a facilitar o processo de descentralização administrativa e o controle social da população;

IV – Controle Social: a população será incentivada a participar, de forma autônoma e solidária, de todo o processo de elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas municipais, bem como da execução orçamentária do município;

V – Co-responsabilidade: articulação em rede dos diversos atores políticos e sociais na identificação e solução dos problemas da cidade;

VI – Melhoria efetiva da qualidade de vida: todas as ações a serem desenvolvidas devem ter como meta a melhoria efetiva da qualidade de vida dos cidadãos de Montes Claros, mensuráveis por indicadores objetivos.

Os objetivos do projeto são os seguintes:

I – Motivar a autonomia do cidadão e contribuir para o fortalecimento da sociedade civil;

II – Garantir o controle social e o direito à participação popular;

III – Garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;

IV – Aumentar a capacidade técnica do governo para responder satisfatoriamente às demandas sociais definidas democrática e participativamente;

V – Instituir os princípios da governança solidária em toda a Administração Pública Municipal.

Para a maioria da população, a face mais visível da governança solidária possivelmente será dada pelas Unidades Administrativas Intersetoriais – UAIs –, que funcionam/deverão funcionar em 12 pólos na zona urbana e um na zona rural. Nas UAIs deverão ocorrer, mais concretamente

54-RICCI, Rudá. Governança solidária ou democrática: uma nova elaboração de governo democrático no Brasil. Disponível em www.montesclaros.mg.gov.br

55-MONTES CLAROS. Decreto nº 2.265 de 15 de agosto de 2006. Disponível em www.montesclaros.mg.gov.br

te, o diálogo sociedade civil-gestores públicos.

Destacam-se, nesse novo modelo de gestão, o seu caráter descentralizado e participativo, o protagonismo que se requer dos cidadãos e as parcerias que se deseja estabelecer entre governo e sociedade civil. Se efetivamente implementada, a governança solidária representará uma reformulação profunda nas relações políticas locais.

Em favor do projeto pode-se enumerar dois grandes fatores: a centralidade conferida ao mesmo pela administração municipal e a conjuntura política nacional, com a qual o governança solidária parece bastante articulada e coerente.

Esse último aspecto fica mais evidente quando se compara o projeto de Montes Claros com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, que enfatiza a gestão descentralizada e participativa e a mobilização da sociedade civil. A assistência social no país avançou consideravelmente desde a Constituição Federal de 1988. Em 1993 foi regulamentada a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – que dá início a uma importante mudança nas políticas sociais fazendo-as transitarem para o “campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.”⁵⁶ A LOAS ganhou materialidade com a implantação, a partir de 2004, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Os próprios princípios da governança solidária são coincidentes com os do SUAS, entre eles, os princípios da territorialização, controle social, da participação e co-responsabilidade da sociedade civil e da centralidade da família.

É particularmente interessante os papéis atribuídos ao poder público e à sociedade civil tanto pelo projeto local quanto pela política nacional. O reconhecimento e o estímulo à participação ativa da sociedade civil não equivale à negação do papel do Estado nem ao discurso que enfatiza o voluntarismo, como se pode observar nesta passagem:

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado assuma a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da política. Por outro lado, a sociedade civil participa como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assis-

tência Social. Possui, ainda, o papel de exercer o controle social sobre a mesma.⁵⁷

A convergência da governança solidária com a Política Nacional de Assistência Social e, de certa forma, com as diretrizes gerais do Governo Federal constitui um ponto muito favorável para o êxito da primeira.

Todavia, os obstáculos a esse projeto são muitos. Eles parecem maiores à medida que se desce a pirâmide política. O município de Montes Claros conta com dois deputados federais: Humberto Souto (PPS) e Jairo Ataíde (PFL). O primeiro, embora filiado atualmente ao PPS, é uma liderança de fundamentos conservadores, tendo sido da ARENA, PDS e PFL e carrega a etiqueta de ex-líder do Governo Fernando Collor. O segundo é uma figura carimbada da política local e regional, sendo o autêntico representante das elites mais atrasadas e reacionárias. No âmbito estadual, as dificuldades são parecidas. O governo Aécio Neves, embora travestido de avançado e democrático, reza pela cartilha neoliberal⁵⁸. A bancada estadual “norte-mineira”, embora numerosa, é desarticulada, míope politicamente e em grande parte hostil ao projeto Governança Solidária seja por convicção ideológica seja por interesse político-partidários de curto e médio prazos.

No plano propriamente local a resistência é ainda maior. Para grande parte das lideranças municipais, a participação autônoma, a liberdade de expressão, a implantação e ênfase em política efetiva de direitos é simplesmente inadmissível, mesmo que elas não o digam explicitamente. E não é difícil entender essa resistência. Essas lideranças e seus eleitores, é necessário dizer, foram formadas nos padrões da política pequena, conservadora, assistencialista e clientelista que se traduz na troca de votos por comida, ligadura de trompas para as mulheres, doação de sacos de cimento, na concessão de empregos em lugar da realização de concursos e na exploração eleitoral da miséria. Por isso, rejeitam qualquer medida que possa colocar em risco o círculo vicioso da dependência-troca-de-favores e ameaçar as suas velhas estratégias de obtenção e manutenção do poder.

Romper os grilhões do assistencialismo, do clientelismo e do autoritarismo é uma tarefa por demais complexa e, seguramente, longa. Além de historicamente difundida e enraizada, essa cultura política é corroborada diariamente

56-BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005, p. 31.

57-BRASIL. Política Nacional de Assistência Social –

PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Op. cit. p. 47.

58-Como professor da Unimontes conheço pessoalmente o desdém e a indiferença com que o governo Aécio Neves trata os funcionários públicos estaduais.

por parte expressiva de órgãos da sociedade civil, especialmente por determinados meios de comunicação.

É possível que, não obstante a vitória eleitoral, o grupo liderado pelo PPS-PT não tenha conquistado efetivamente a hegemonia, aspecto que parece visível na resistência de grande parte de intelectuais⁵⁹ e de órgãos da sociedade civil à governança solidária, o que não chega a surpreender, tendo em vista a herança histórica de séculos de predomínio de velhas oligarquias, do recurso à violência, à fraude e, mais recentemente, da manipulação e exploração das desigualdades sociais e da perpetuação de relações clientelistas.

A conquista e o exercício da hegemonia pressupõe concessões, como observa Gramsci. Todavia, essas concessões não devem comprometer um núcleo básico de diretrizes e projetos.⁶⁰ Nesse ponto parece estar o maior desafio da governança solidária. Como implementá-la ante tantos obstáculos? Onde, como e até que ponto transigir e negociar sem comprometer os seus fundamentos?

Evidentemente, as respostas ainda não existem pelo simples fato de que estão no futuro. Seja como for, a governança solidária, comparada à visão das elites locais em 1957 acerca do papel dos trabalhadores, revela o quanto se transformaram as relações políticas em Montes Claros nos últimos 50 anos. Por outro lado, os diversos obstáculos ao modelo descentralizado e participativo proposto, indicam os limites dessa transformação.

Fontes

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

DAVID, Zoraide Guerra. *Historiando o Progresso*. Montes Claros: ACI, 2003.

Gazeta do Norte, Montes Claros, edições diversas do ano de 1962.

GUIMARÃES, Jorge Tadeu. *Faces do Legislativo*. Montes Claros: Arapuí, 1997.

IBGE. Censo Demográfico de 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE. Censo Demográfico de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

O Jornal de Montes Claros, Montes Claros, 12 set. 1951.

Revista Encontro. Montes Claros, 1962.

Revista Montes Claros em Foco. Belo Horizonte, 1956, 1957, 1979

www.fjp.gov.br

www.montesclaros.mg.gov.br

Referências Bibliográficas

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. *Industrialização da Área Mineira da SUDENE – um estudo de caso*. 1985. Dissertação (Mestrado em economia) - Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.

DELGADO, Ignácio Godinho. *A estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, [DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999].

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo – 1945/1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marcelo Valmor. *Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

59- Penso os conceitos de hegemonia e intelectuais também da forma que os discute Gramsci. Ver. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Op. cit. .

60- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Op.cit.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere – volume 5. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 1 e 5.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MENDES, Leandro de Aquino. O Partido dos Trabalhadores em Montes Claros: fundação e consolidação na década de 1980. Monografia (Graduação em História), CCH, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2004.

MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). Dicionário Biográfico de Minas Gerais – período republicano (1889–1991). Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994, 2v.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste. Maceió: EDUFAL, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; PEREIRA, Laurindo Mékie. A invenção do 03 de julho em Montes Claros. Unimontes Científica. Montes Claros: Unimontes, v. 5, N.1, jan./jun. 2003, p. 95-100.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). Formação social e econômica do norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000.

PEREIRA, Laurindo Mékie Pereira. A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

PORTO, César Henrique de Queiroz. Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. “O Coronelismo numa interpretação sociológica” In: FAUSTO, Bóris (Dir.) História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, Difel, 1975, T. III.

RICCI, Rudá. Governança solidária ou democrática: uma nova elaboração de governo democrático no Brasil. Disponível em www.montesclaros.mg.gov.br

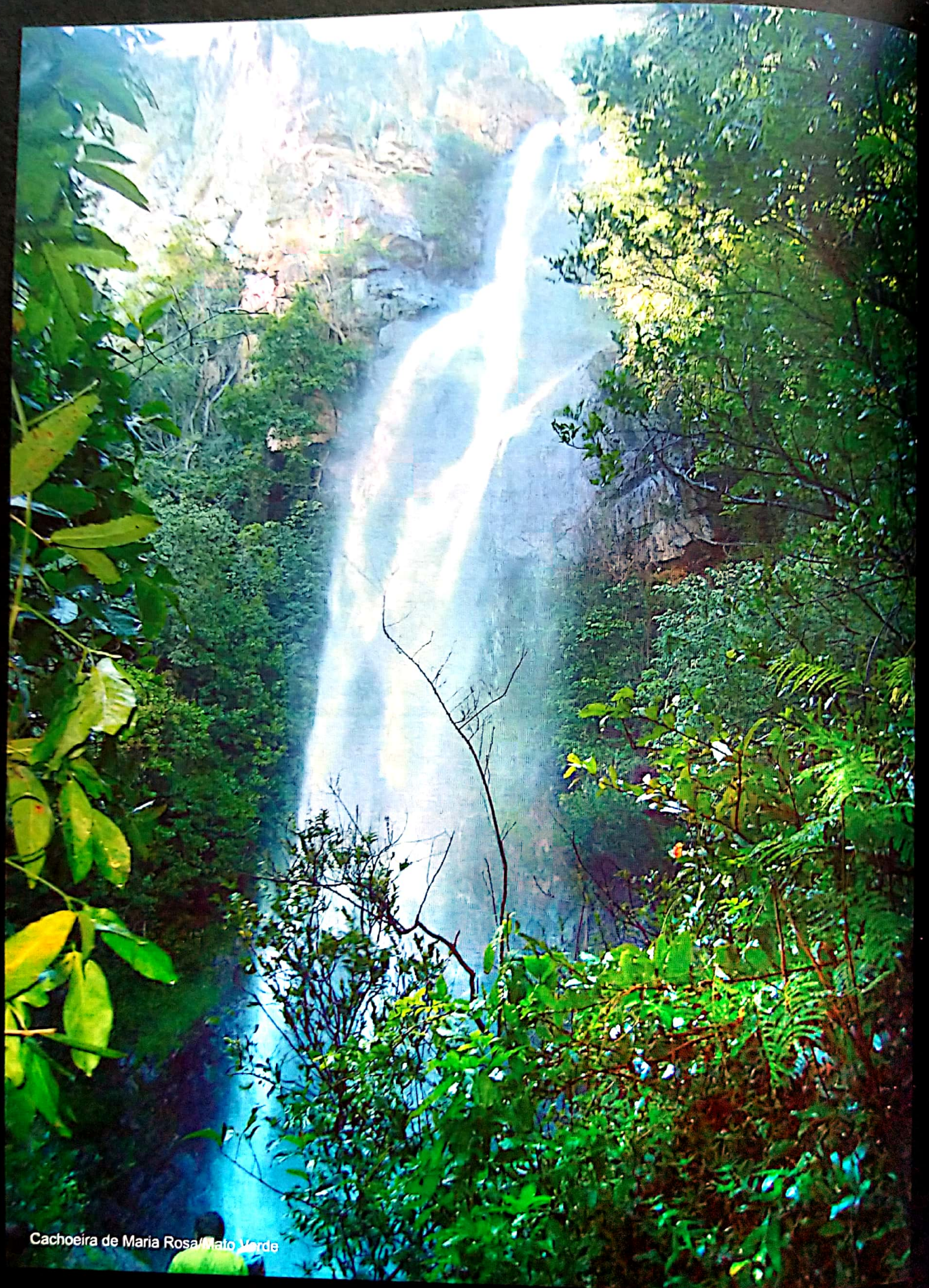
SILVA, Gerlice Malveira da. A experiência política dos operários de Montes Claros na década de 1980. Monografia (Graduação em História), CCH-Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2005.

STRALLEN, Cornelis Johannes van. A capitalização do campo e as políticas de saúde: o caso do norte de Minas. Belo Horizonte: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa/Centro Regional de Saúde de Montes Claros, 1980.

VELOSO, Cândida Maria Santos. Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros – 1960–1980. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.





Cachoeira de Maria Rosa / Mato Verde